

	Fórum Governamental de RESPONSABILIDADE SOCIAL	ATA DE REUNIÃO FÓRUM GOVERNAMENTAL DE RESPONSABILIDADE SOCIAL
---	---	--

Identificação da Reunião

Número/Ano: 10ª Reunião – 07/12/2011			
Início: 9h30min		Término: 17h	
Local: Inmetro SEPN Qd. 511 - Bloco “B” – Edifício Bittar III – 4º andar / Asa Norte - Brasília - DF.			
Relatora: Telma Firme			
Presentes:			
NOME	ÓRGÃO	TELEFONE	E-MAIL
Ana Maria Castro Borges	CSJT/TST	(61) 3043-3752	ana.borges@tst.jus.br
Andréa Santini Henriques	Inmetro / Diape	(61)3348.6300	ashenriques@inmetro.gov.br
Carmem Lúcia Mesquita	Câmara dos Deputados	(61) 3216.2171	carmem.mesquita@camara.gov.br
Patrícia Almeida Ashley	UFF	(21) 8101.8146	ecocidades@gmail.com
Nair Goulart	Força sindical - BA	(71) 8887-4603	goulartnair@hotmail.com
Aretha Amorim Corrêa	CNI	(61) 3317.9323	accorrea@cni.org.br
Magali Malagó	Inmetro / Diape	(61) 3348.6363	mmalago@inmetro.gov.br
Helvécio Milhomem	SERPRO	(61) 2021.7967	helvecio.milhomem@serpro.gov.br
Priscyla Conti de mesquita	ANA	(61) 2109.5257	priscyla.mesquita@ana.gov.br
Lauraci Martins Araújo	TRT 22ª Região PI	(86) 9419.1100	lauraci@trt22.jus.br
Cristiane Silva Lima	Inmetro / Diape	(61) 3348.6319	cslima@inmetro.gov.br
Maria do Socorro Melo	TRT 22ª Região PI	(86) 9977.2492	msocorro@trt22.jus.br
Aníbal Martins	Eletronorte	(61) 3429.8563	anibal.martins@eletronorte.gov.br
Luis Fernando Lara Rezende	IPEA	(61) 7815.7348	luis.resende@ipea.gov.br
Maurício de Melo Snowareski	TRT 23ª Região	(65) 9971.1588	mauriciosnowareski@trt23.jus.br
André Ferro	BNDES	(21) 2172.6352	aferro@bndes.gov.br
Paula Barreto	BNDES	(21) 2172.6077	paula.barreto@bndes.gov.br
Luiz Augusto Vitali	MMA	(61) 2028.1535	luiz.vitali@mma.gov.br
Joaquim Pereira de S. Filho	TCE / GOV - TO	(61) 3797.4718	jotafilho2008@gmail.com

Evandro Rezende	TCE / GOV - TO	(63) 3232.5885	evandroor@gmail.com
Claudia Moreira Pereira	Inmetro / Diape	(61) 3348.6300	claudiampereira@globo.com
Telma Firme	CSJT	(61) 3043.7732	telma.firme@tst.jus.br
Vera Miranda	TRT 2ª Região	(11) 3150.2062	sasbs@trtsp.jus.br
Patrícia Pego	SEDES/SAE/PR	(61) 3411.2199	patricia.pegos@planalto.gov.br
Leonardo Salema	Inmetro / Dipac	(21) 3216.1110	lssouza@inmetro.gov.br
Dílson José dos Santos	Serpro	(61) 2021.8836	dilson_jose.santos@serpro.gov.br
Fernando Meressi	MPlanejamento	(61) 2020.4250	fernando.meressi@planejamento.gov.br
Ana Carla Almeida	MMA	(61) 2028.1500	ana.almeida@mma.gov.br
Gleyse Peiter	COEP	(21) 9210.9363	gleyse@coepbrasil.org.br

Ausências Justificadas

Jacimara Machado	Câmara dos Deputados
Maria Teresa Rezende	Inmetro
Priscilla Costa Araújo	Presidência da República

Pauta

- 1) Leitura e aprovação da Ata da Nona Plenária do Fórum;
- 2) Apresentação do PPA 2012-2015 com foco na orientação estratégica das diretrizes e programas e interface com desenvolvimento sustentável e responsabilidade social; por Fernando Sertã Meressi, representando a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do MPOG.
- 3) Avaliação da pesquisa para identificação de perfil em responsabilidade social das instituições públicas e proposta de atuação do FGRS com base nos resultados; por Paula Barreto e André Ferro - BNDES.
- 4) Proposta de Acordo de Cooperação entre o FGRS e o COEP para divulgação e mobilização da RS na rede do COEP.
- 5) Apresentação da proposta de Oficina “Internacionalização da Norma ISO 26000 no Governo”, por Ana Carla – MMA.
- 6) Aprovação do cronograma de reuniões para o ano de 2012.
- 7) Assuntos gerais.

1 – Abertura / Aprovação da pauta

Em nome da Coordenação do Fórum, a Sra. Andréa Santini Henriques, do Inmetro, saudou os participantes, agradeceu a presença de todos e, procedeu à rodada de apresentações, iniciando-se pela coordenação do Fórum, ressaltando a presença da Sra. Nair Goulart, Presidente da Força Sindical da Bahia e Conselheira do CDES, como convidada. Aproveitou para justificar ausência da representante do legislativo na coordenação do FGRS, por questões de saúde.

Em seguida, colocou em votação a Ata da 9ª Reunião Plenária, a qual foi aprovada pelos presentes. Passou-se, então, a palavra ao Sr. Fernando Meressi, para a apresentação do PPA de 2012-2015, com foco na orientação estratégica das diretrizes e programas e interface com o desenvolvimento sustentável e responsabilidade social.

2 – Palestra de Abertura do Dr. Fernando Sertã Meressi, representando a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento.

O Dr. Fernando informou que o nome do PPA é “Mais Brasil, Mais Desenvolvimento, Mais Igualdade, Mais Participação”, e esclareceu que o PPA sofreu uma grande mudança em relação ao modelo anterior, buscando ser mais estratégico e menos detalhado, mostrando as políticas públicas do governo. O Plano traz a visão de futuro, os valores, os macro desafios, os programas com valores globais e indicadores. Valores financeiros só aparecerão nos programas, que trazem também os indicadores globais, apurados na periodicidade de cada área de atuação do governo. Dentro de cada programa aparecem os respectivos objetivos, havendo um órgão executor responsável por aquele objetivo e a meta global e/ou regionalizada e as iniciativas. O modelo anterior trazia quase cinco mil ações a serem realizadas, com difícil monitoramento. O plano atual monitora as principais áreas de cada programa, e as ações se relacionam com o PPA por meio das iniciativas, que são vínculos entre o PPA e a Lei orçamentária anual.

O Plano traz a visão de futuro, para que o Brasil seja reconhecido em seu modelo de desenvolvimento sustentável: bem distribuído regionalmente, buscando a igualdade social, com educação de qualidade, produção de conhecimento, inovação tecnológica e sustentabilidade ambiental. Para que seja, ainda, reconhecido por ser uma nação democrática, soberana, que defende os direitos humanos, a paz, a liberdade e o desenvolvimento no mundo. Os valores que norteiam o PPA são: soberania, democracia, justiça social, sustentabilidade, diversidade cultural e identidade nacional, participação social e excelência na gestão.

As vantagens do novo modelo é que este mostra o que será feito nos próximos quatro anos, expressando as políticas públicas. Anteriormente havia 300 programas, agora são 65 programas temáticos com 300 programas finalísticos, refletindo a área de atuação. As metas expressam os resultados para a sociedade e podem ser qualitativas e quantitativas, tornando o Plano mais transparente, com linguagem clara e acessível a todos, portanto, mais fácil de ser monitorado.

Citou os valores do PPA, sustentando que houve um grande crescimento em relação aos anteriores, em valores reais: 5,4 trilhões de reais para os próximos quatro anos. Acrescentou que a principal fonte de custeio do Plano são os recursos fiscais e da seguridade social, 68% provêm de recursos fiscais - impostos e contribuições; 25% de fontes extraorçamentárias, como o BNDES, empréstimos para habitação pela Caixa Econômica, do Banco do Brasil para a agricultura e 6,8% de investimentos das empresas estatais.

São 65 programas temáticos, sendo 25 na área social, 15 na área de infraestrutura, 17 na área de desenvolvimento ambiental e 8 de programas especiais. Enfatizou que 65% do PPA estão locados na área social, considerado fator importante nos programas de governo, na forma de políticas anticíclicas, mostrando o impacto do desenvolvimento social vitalizando a economia.

Explicou que as receitas foram estimadas levando-se em conta o PIB de 5,0% para 2012 e de 5,5% para os outros três anos, e a inflação de 4,8% para 2012 e de 4,5% para os outros três anos. Esses são os fatores que mais pesam na arrecadação. Segundo as projeções oficiais do governo, fornecidas pelo Ministério da Fazenda, a taxa de investimento está crescendo acima da taxa de crescimento do PIB. O consumo das famílias cresce em linha com o PIB e o consumo do governo está abaixo do crescimento, pois é proposta do governo fazer mais com menos. As importações crescem mais que as exportações, pois está previsto um crescimento do Brasil maior do que das outras economias.

O palestrante ressaltou que o bônus demográfico deve ser aproveitado, pois gera oportunidade de trabalho. É o momento de investir na educação, em ciência e tecnologia, uma vez que, mais adiante, teremos o ônus demográfico. Quanto ao quadro social, se tudo permanecer igual, em 2015, o índice de Gini - índice que aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos -, será 0,49, com uma queda da desigualdade social, queda do desemprego e aumento da formalidade, o que se traduz em geração de empregos de melhor qualidade.

Sustentou que, em relação ao meio ambiente, busca-se que este não seja um fator limitador do desenvolvimento, ao contrário, que seja explorado sustentavelmente, sendo um fator de desenvolvimento – esse é o discurso do MMA. A implementação de políticas socioambientais, como o Brasil Sem Miséria, caminha rumo à Economia Verde com uso sustentável de recursos naturais e geração de trabalho e renda. Nesse sentido, também citou a Política de Resíduos Sólidos, o Bolsa Verde e outros.

Explanou resumidamente sobre a o PPA no que diz respeito à infraestrutura e sustentabilidade, manutenção e expansão da matriz da matéria energética de base renovável, agricultura produtiva e sustentável, com política de fortalecimento de agricultura de baixa emissão de carbono, gestão de recursos hídricos, aproveitamento econômico dos ativos ambientais, saneamento e a questão das mudanças climáticas. Explanou sobre a diversificação necessária para transformar a matriz energética utilizada em transporte em direção a uma matriz mais limpa, sustentável.

Citou a existência de um texto sobre as principais questões do PPA, como a matriz limpa com crescimento para 2015: a biomassa; o aproveitamento do potencial hidrelétrico com destaque para a região Norte; o aumento da energia eólica; e a utilização do bagaço de cana com fins energéticos. Demonstrou as metas de redução de 80% do desmatamento na Amazônia; redução de emissão de gases de efeito estufa, de seu estado atual até a meta de 2015.

Em seguida, discorreu sobre a lista de programas temáticos, salientando que o gasto com a área ambiental não é bem fácil de visualizar em virtude da transversalidade desses temas. Também assim o é com a Política das Mulheres, promoção dos direitos de crianças e adolescentes, pessoas com deficiências, direitos humanos, igualdade racial – dentro de cada programa existem as metas transversais. Ao todo são 65 programas temáticos e 35 programas de gestão, sendo que o meio ambiente está presente em 41 programas.

As agendas transversais – Brasil sem Miséria, Brasil Maior, são agendas que perpassam diversos programas. Meio ambiente perpassa 41 programas; Brasil sem Miséria perpassa 10 programas; Plano Brasil Maior está presente em 15 programas e Desenvolvimento Econômico em 29 programas e assim por diante. Existem outras agendas transversais que não foram citadas na palestra.

Citou exemplos como o Plano Brasil sem Miséria que está presente no Programa do Bolsa Família, com suas metas. No Plano de Resíduos Sólidos está presente como meta o manejo de resíduos sólidos e a inserção socioeconômica de catadores na coleta seletiva entre outros.

Esclareceu que o projeto de lei do PPA está aguardando aprovação no Congresso. Posteriormente será monitorado, executado e avaliado, contendo as demandas da sociedade civil a serem inseridas no PPA, que o fizeram por intermédio dos conselhos, durante a realização do Fórum Interconselhos.

Diante da dúvida da Prof.^a Patrícia Ashley, esclareceu que o PPA de 2012 foi feito neste modelo apresentado, juntamente com a Secretaria de Planejamento e Investimento e a Secretaria de Orçamento Federal. Acrescentou que o Ministério do Planejamento não elabora o PPA, ele coordena as propostas orçamentárias vindas de todos os órgãos e com a participação da sociedade.

Realizou a demonstração do Anexo de todos os Programas, Objetivos, Iniciativas e Metas do PPA do Governo Federal, que está contido em um documento de 378 páginas. Salientou que no Anexo encontram-se os 65 programas do PPA, estando acessível a todos.

Uma breve interrupção destinada à despedida da Sr^a Nair Goulart, da Força Sindical, que teve que ausentar-se tendo manifestado seu intento em retornar ao FGRS para tratar do tema da Agenda Nacional do Trabalho Decente.

Durante a apresentação de exemplos dos Programas questionou-se como o governo federal poderá ter ações em programas de competência municipal, como os catadores de produtos recicláveis, citado pelo palestrante. Para tanto foi esclarecido que o governo federal não somente apoia tal ação municipal, não sendo responsável por sua execução. O governo fomenta, disponibiliza recursos, fazendo parcerias, entrando com um percentual numa parceria com o Município. Acrescenta que o pacto com os entes federativos é fundamental para a territorialização das metas do PPA, sendo um desafio histórico para o país. Os Ministérios já executam suas políticas descentralizadamente.

O PAC está contido dentro do PPA, assim como toda a política do governo está dentro do PPA: Programa Brasil Sem Miséria, Programa Brasil Maior, Programa Nacional da Educação, tendo somente a periodicidade diferente. O PAC, p.ex., tem uma secretaria específica para seu monitoramento, por ser um programa diferenciado, são programas prioritários com um olhar diferenciado.

A Prof. Patricia Ashley reforçou ser este um desafio nas tendências internacionais para políticas públicas de responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, por tratar-se de uma superposição de vários níveis com temporalidade muito maior, às vezes com 10 a 20 anos, sendo necessário ter um olhar a longo prazo para atingir os objetivos de sustentabilidade. Outro problema são os mandatos políticos, com duração que não coincidem (no Brasil de 4 anos), sendo o parlamentarismo ainda mais drástico, pois desmonta tudo para começar com uma nova composição. Mencionou, ainda, que o desafio é ter políticas públicas coerentes entre os entes federativos nos vários prazos de planos. Parabenizou a existência dessa coerência em nível nacional dos prazos dos planos, sendo grande o desafio brasileiro, com muitos municípios, diversos tipos de desenvolvimento e capacidades institucionais diferenciadas.

Por último, falou das Agendas Transversais, contida em um caderno, mapeadas as agendas que perpassam os programas para facilitar o manuseio. Todas as agendas têm metas e objetivos em vários programas.

Prof. Patricia Ashley questionou se tais agendas são para os programas temáticos e para os programas de gestão ou somente para os temáticos, tendo sido esclarecido que se destinam aos temáticos. Perguntou se o PPA permitiria uma agenda transversal especificamente para um programa de gestão, ao que foi respondido afirmativamente, uma vez que o programa de gestão é basicamente a administração da unidade, política de recursos humanos dentro da administração federal. Política de gênero, política de direitos humanos serão encontrados dentro dos programas temáticos.

Retornando às agendas transversais, Dr. Fernando mencionou que há 11 macrodesafios, um deles é o programa de gestão, que são mais gerais, e podem ser encontrados no site, junto à mensagem presidencial.

Andréa Santini perguntou se os temas de responsabilidade social estariam contidos nos programas de gestão, já que esta está relacionada à gestão organizacional. Foi esclarecido que o PPA tem iniciativas que não são orçamentárias, assim pode-se dar uma diretriz às iniciativas, uma orientação. O plano é mais do que um orçamento.

Paula Barreto, do BNDES, acrescentou que no caso deles, o cumprimento da responsabilidade social está diretamente ligado a algumas atividades do órgão como a questão da mulher, impacto ambiental, gestão de resíduos sólidos, etc. Todos os órgãos devem observar como os temas de responsabilidade social se relacionam com a atividade da instituição, pois são muito abrangentes.

A Prof^a Patricia Ashley acrescentou que a importância do Fórum é, internacionalmente, abrir frentes no Brasil, porque esta reflexão sobre a responsabilidade social, dentro da administração pública, não existe em outros países, a não ser nos países nórdicos. As empresas que não estiverem adotando as normas de responsabilidade social empresarial ficarão de fora, porque esta é também para dentro e não só para fora, e salientou que a ISO 26000 já foi reconhecida pela União Européia. Os governos ainda não adotaram essa agenda internacionalmente, sendo a oportunidade de o Brasil sair na frente, o que seria um grande avanço.

Andréa Santini agradeceu, em nome do FGRS, a palestra e abriu espaço às perguntas.

Dilson, do Serpro, sugeriu proposta de que o espaço do Fórum seja utilizado para troca de produtos entre as instituições participantes, de soluções já existentes, caminhos para a solução de problemas, planos de ação, etc. Dilson ofereceu o espaço do SERPRO para a realização da próxima reunião do Fórum.

O Sr. Evandro Rezende, elogiou o novo formato do PPA e perguntou à Prof^a Patrícia Ashley se o novo formato do PPA irá engrandecer a posição do nosso país em relação a grupos como o G20. Ela respondeu que acredita que sim, principalmente em relação ao grupo dos BRICs, pois a China e o Brasil tem-se aproximado em torno de ações comuns. A China tem um plano plurianual de 2011 a 2015 que é voltado para o desenvolvimento sustentável, testando 5 planos de ecorregiões e 5 eco cidades para depois, então, reciclar tal modelo.

A Professora, ainda, criticou o fato de o Brasil importar marcos regulatórios, pois estes não se adequam a nossa realidade, tratando-se de um choque de cidadania importada. Afirmou que o Brasil tem o desafio da pactuação dos entes federativos. A CF/88 prega a participação no processo de planejamento, que são os Conselhos de Políticas Públicas municipais, estaduais e federais, mas que, apesar disso, há uma fragilidade de tais Conselhos, devendo ser objetivo do PPA tal qualificação. Trata-se de uma responsabilidade social multinível, é necessária a coerência na estratégia pública. A professora parabenizou o PPA.

O Sr. Helvécio do Serpro, referindo-se à fala do Sr. Dilson, do mesmo órgão, falou que a A3P nos leva a estruturar um programa interno na empresa para cumpri-la. Dilson interrompeu, esclarecendo que a empresa tem um orçamento determinado pelo Congresso, por isso procurou um financiamento a ser pago em 20 anos, no BNDES para custear os projetos. Citou a Escola Aberta de Inclusão Sócio Digital, construída pelos funcionários do Serpro, para educação tecnológica. Sugeriu uma ajuda mútua entre os participantes do Fórum, buscando aprender com quem conhece o assunto. Colocou-se à disposição no que o Serpro puder colaborar e informou que estão desenvolvendo projeto para o Dicionário de Libras, para quem quer que necessite.

3) Avaliação da pesquisa para identificação de perfil em responsabilidade social das instituições públicas e proposta de atuação do FGRS com base nos resultados; por Paula Barreto e André Ferro - BNDES.

Iniciou-se a apresentação do BNDES por Paula Barreto, explicando que a apresentação tem como base os questionários respondidos pelas instituições participantes do Fórum, que teve como um de seus propósitos orientar estrategicamente as ações do FGRS. Explicou que o trabalho foi desenvolvido por André Ferro e ela, na conclusão. Acrescentou que participaram da pesquisa 17 instituições: ANATEL, Câmara dos Deputados, BNDES, CSJT, DATAPREV, IBRAM, INMETRO, MP, SERPRO, conjunto de Tribunais Regionais do Trabalho e de Ministérios e IPEA. O estudo se dividiu em diversos blocos: compromissos firmados, gestão, desempenho, desenvolvimento local e regional, entre outros.

Afirmou que, em relação aos temas tratados pelas organizações relacionados à responsabilidade social, o que mais apareceu foi Meio Ambiente, após isso: Ações Sociais, Sustentabilidade, Direitos Humanos, Tecnologias Sustentáveis, nessa ordem. Perceberam que o questionário poderia ter um melhor resultado caso houvesse uma lista fechada de respostas, revelando outra realidade, uma vez que as respostas, em muitas vezes, foi genérica, difíceis de serem agrupadas.

Mencionou que a pesquisa demonstrou a dificuldade das Instituições em integrarem a responsabilidade social em seus sistemas de gestão. A maior carência identificada foi a de uma cultura institucional, seguida de falta de compromisso, falta de conscientização - todos estão passando por essa dificuldade - liderança, legislação, infraestrutura, mudança de governo, etc.

Outra pergunta importante foi quanto às expectativas em relação ao Fórum, na qual se viu que a maior menção foi quanto à troca de experiências e conhecimento. Há outras, como: participação na construção conjunta da responsabilidade social na Administração Pública; viabilização de iniciativas comuns; interligação das ações de responsabilidade social das organizações; contribuição para o fortalecimento do arcabouço legal; disseminação do conceito de responsabilidade social nos Três Poderes; viabilização do contato do público com as instituições e suas ações; busca de ações com a iniciativa privada, entre outros.

Ainda em relação ao questionário, revelou que quanto a compromissos firmados: 41% têm política de responsabilidade social, 59% não têm, sendo que a maior parte foi a partir de 2010, tratando-se de políticas explícitas, formalizadas, não necessariamente já implementadas.

Sugeriu que se trabalhe o alinhamento potencial do Fórum.

Quanto ao questionamento a respeito de se a política de RS tem influência no planejamento, alguns afirmaram que o tema tem influência estratégica, mesmo que não tenha uma política firmada. Outros disseram que houve envolvimento de partes interessadas na formulação dessa política – a grande maioria.

Quanto à adesão a pactos e iniciativas, 53% afirmaram haver – a maioria ao Pacto do Milênio e à A3P.

Sobre a existência de estrutura de organização dedicada ao tema de RS: metade tem e metade não tem.

Relatou ainda que praticamente nenhuma instituição tem sistema de gestão para RS e envolvimento para formular metas, somente uma. Certificação em sistema de gestão – ninguém possui – considerou um ponto importante a ser trabalhado. Relatório de sustentabilidade – somente uma instituição possui – ressaltou a necessidade de se avançar mais nessa área. Recomendou a utilização do GRI na avaliação, por ser internacionalmente aceita. Andréa Santini informou que este é um dos temas que estão na lista de espera para ser tratado futuramente, em plenária do FGRS. Paula acrescentou que o BNDES já está utilizando o GRI como referência. André Ferro esclareceu a importância de constarem no relatório outras contribuições, além do financeiro das instituições. Paula acrescentou que para elaborar o relatório é necessário ter um sistema de gestão e busca contínua de seu aprimoramento.

Acrescentou: Eco eficiência – a maior parte tem, mas somente 18% possui metas para o seu cumprimento, podendo-se considerar que há existência de ações pontuais, mas não programas estruturais.

Inventário de Efeito Estufa – somente uma instituição tem. Código de Ética – 64% possuem o seu próprio. Mecanismos para resolução de conflitos e denúncias – 58% possuem. Levando-se em conta que são órgãos públicos, entende-se necessário avançar nesse campo.

O último bloco destina-se ao Desenvolvimento Local ou Regional, havendo uma pergunta sobre Investimentos Sociais, que foi compreendida de diferentes formas. Considerou-se, sim, para melhores práticas, mais estruturadas, – 35% possuem.

Políticas de Compras Sustentáveis – 35% possuem. Interação com outras organizações – a maioria possui.

Paula Barreto levantou algumas questões a serem trabalhadas, constatadas pelo BNDES, como:

- uniformizar o conceito de responsabilidade social adotada pelo Fórum. Adota-se o da ISO 26000? Reflexão e disseminação;
- explorar o potencial de trabalho conjunto na implementação de políticas públicas (ex. Brasil Maior – convergir ações) e também na contribuição para fortalecimento do arcabouço legal. Definir por uma atuação mais estratégica ou mais administrativa (A3P) – ou se nas duas?
- estabelecer agendas comuns – temas que perpassam as instituições, como governança, compras sustentáveis, etc ;
- fomentar/estabelecer implantação de sistema de gestão com metas e indicadores. Transparências e Relatórios. Controle Social e engajamento de participação.
- refletir sobre o que é esperado de nós, do Fórum, será ação social ou algo mais?
- questão da ética, transparência, qual a melhor forma de contribuir? É uma missão institucional? Podemos influenciar a legislação? Questão da governança. Integrar o sistema de gestão, através de indicadores. Inventário de emissões.

A Sra. Patricia Ashley ressaltou a necessidade de apoio político legitimado para se construir uma agenda assim em cada órgão e preferencialmente que seja coerente com o PPA, tanto pela diretriz e estratégica de cada órgão.

Reflexões Adicionais:

Fazer o trabalho em grupos com agendas comuns, p.ex, conjunto de Tribunais. Fazer oficinas específicas para os diferentes temas, como compras sustentáveis.

O Sr. Dilson sugeriu consultar pessoal de Planejamento, para elaborar controle de ações de RS dentro de uma instituição. Sugeriu o desenvolvimento de um software com este intuito, para garantir que todos os órgãos possam se beneficiar de tal medida.

Andréa Santini, corroborando com a colocação do Sr. Dilson, informou que na reunião do PPO foi dito que o México está desenvolvendo um sistema de avaliação de implementação da ISO 26000, o qual poderemos utilizar também no Fórum.

Ana Borges falou a respeito da discussão dos temas centrais da ISO 26000 para o governo e da proposta de se realizar uma oficina, buscando um alinhamento com a A3P, utilizando-se o PPA e o questionário como base. Sugeriu que em se tendo um resultado compilado desse trabalho, este já pode ser apresentado inclusive na Rio+20.

Prof. Patrícia Ashley acrescenta que não se pode confundir ferramenta com modelo. Precisamos uma orientação estratégica para não se perder. A Administração Pública tem essa vantagem por sermos orientados por princípios - muitas práticas e ferramentas surgirão, a própria ISO 26000 nos orienta por conceitos. Mas as organizações precisam agir em conjunto, responsabilidade social multi atores territorial – integração das políticas públicas, não Propõe que o Fórum discuta sistema de financiamento para responsabilidade social e desenvolvimento sustentável. Outra discussão importante é sistema tributário para RS e DS, além de compras sustentáveis. É uma discussão que precisa existir no Fórum.

O Sr. Maurício, do TRT da 23ª Região, Mato Grosso, informou que conseguiram atingir todas as metas do CNJ, entre elas as de Responsabilidade Socioambiental: prédios sustentáveis, acessibilidade, captação da água da chuva, sem que haja aumento de custo. Afirmou que é necessária uma gestão estratégica em longo prazo para atingir uma excelência organizacional.

A palavra voltou a Sra. Paula, do BNDES, que finalizou acrescentando que é necessário identificar o perfil dos integrantes, estabelecer agendas comuns e tratar de temas específicos em grupos, eleger as prioridades, definindo a agenda administrativa e agenda estratégica.

Andréa Santini interrompeu a reunião para almoço e reinício na parte da tarde, agradecendo a participação do Dr. Fernando, e a Profª Patricia, pela articulação com o Ministério do Planejamento para a realização da palestra.

4) Proposta de Acordo de Cooperação entre o FGRS e o COEP para divulgação e mobilização da RS na rede do COEP.

No período da tarde, 14h15, reiniciou-se a reunião com Alfredo Lobo, Diretor da Qualidade do Inmetro, cumprimentando a todos e dando as boas vindas ao Inmetro, enfatizando a importância das ações de responsabilidade social. Acrescentou, referindo-se que ao fato de o Inmetro estar sendo constantemente e, cada vez mais, demandado a desenvolver Programas de Avaliação da Conformidade com foco na sustentabilidade, citando alguns exemplos. Em seguida pediu desculpas, por não poder ficar já que teria outra reunião e explicitou seu apoio ao Fórum para o que for necessário. Andréa Santini aproveitou a ocasião para apresentar sua gerente, Cida Martinelli, agradecendo a confiança e apoio.

Com a palavra a Sra. Gleyse, Secretária Executiva do COEP, informou que o COEP é uma rede nacional de mobilização social, criada em 1993, pelo Betinho, que faz parcerias para projetos de combate à pobreza, à miséria, atuando no Brasil inteiro, tendo hoje 24 mil pessoas cadastradas para trabalho de desenvolvimento comunitário de desenvolvimento humano e social. Empresas públicas e privadas têm trabalhado desenvolvendo projetos nessa área. Explicitou a intenção de estabelecer uma parceria com o Fórum para organização de oficinas, fóruns, entrevistas, com a ideia da divulgação da ISO 26000, sua importância, pontos da ISO que dialogam com os outros instrumentos que já existem de RS, ajudando a formar uma massa crítica a respeito da ISO, no sentido de como foi o processo de sua elaboração e o poder da norma.

Várias pessoas manifestaram seu otimismo com a parceria.

Drª Gleise agradeceu e pediu desculpas por ter de se retirar antes do final da reunião.

5) Apresentação da proposta de Oficina “Internacionalização da Norma ISO 26000 no Governo”, por Ana Carla – MMA.

Em seguida, Ana Carla, coordenadora da A3P, apresentou proposta de parceria da A3P com o Fórum com vistas a fomentar a implementação da ISO 26000, por ser ela uma norma que envolveu uma série de discussões em nível internacional. Propôs uma Oficina, para trazer o governo a refletir sobre a importância da sua implementação. Apresentar os temas centrais, qual a importância para o setor empresarial, mas ainda mais para a Administração Pública. Pensou-se numa oficina de dois dias, abordando os sete temas centrais, com o objetivo do governo se enxergar na Norma, ver onde o governo participe dela.

Argumentou que a Rio+20 é de grande importância para que o país, politicamente, se coloque no cenário internacional como o país referência de sustentabilidade. O MMA está fazendo um esforço em prol do legado que será deixado para o país em termos ambientais. Discutiu-se a respeito da existência da ISO 26000 no Acordo elaborado no CDES, chegando-se a conclusão de que não entrou no Zero Draft, que é o documento oficial para a Rio+20.

Ana Carla sugeriu que houvesse um grupo no Fórum para discussão dos principais temas da ISO comparado-os ao que está contemplado no PPA.

Andrea Santini cita que os temas constantes da ISO 26000 - governança organizacional, direitos humanos, práticas trabalhistas, questões relativas ao consumidor, desenvolvimento comunitário, práticas leis de operação e meio ambiente - têm 37 questões relacionadas e que é preciso priorizar em quais O FGRS agir.

O Sr. Luís, do IPEA, sugeriu que se fizesse o esforço de estudar o PPA e tentar ver das 37 questões da ISO, quais as que o governo já realiza, para tentar incorporar a ISO, no âmbito governamental, nas políticas públicas. Várias pessoas sugeriram que na própria Oficina se tente trabalhar a correlação do PPA com a Norma.

A Prof^a Patricia Ashley sugeriu a possibilidade de a Oficina juntar o pessoal da SPI, do MPOG, a A3P, a ISO 26000 e a NBR 16001, pois já é um sistema de gestão certificado, o que resultaria em bom instrumental para demonstração na RIO+20.

O Sr André Ferro reforçou a ideia de equipes se organizarem para desenvolver determinados temas. Exemplificou que difundir a iniciativa de contratações de bens e serviços, por exemplo, já seria um excelente resultado da Oficina.

Seguiu-se amplo debate e propostas para a oficina e seu objetivo, com algumas indicações:

- Na medida do possível, se tenha uma pessoa da equipe do PPA, nos grupos de trabalho da oficina;
- Seja, ao menos a parte conceitual, transmitida *on line*, para os Estados.
- como resultado da oficina definir dois ou três temas com ações e tirar um plano de ação para tais temas.

Por fim, conclui-se que, neste primeiro momento, o objetivo da oficina será o de sensibilizar os gestores e disseminar mais amplamente a Norma. Buscar evidenciar como a norma faz interlocução com as políticas públicas, e como o gestor pode aperfeiçoar suas políticas tendo por base as diretrizes da norma e priorizar algumas ações para o FGRS fazendo correlação com o resultado da pesquisa e estabelecendo temas prioritários a serem trabalhados em grupos tarefas específicos os quais serão criados para trabalho posterior à oficina.

A Sra. Ana Carla incumbiu-se da tarefa de elaborar proposta e enviar à coordenação do FGRS, para pdistribuição aos membros do FGRS, para comentários e sugestões.

6) Aprovação do cronograma de reuniões para o ano de 2012.

Foi aprovado o seguinte calendário de reuniões:

07 de março

15 e 16 de maio - Oficina;

03 de julho (terça-feira);

13 de setembro;

21 de novembro.

7) Assuntos gerais

O Sr. Luís, do IPEA, manifestou sua preocupação com o RI do Fórum, e sugeriu que seja alterado no sentido de ampliar o prazo de atual gestão em dois ou três anos, de modo que não haja mudança na coordenação, enquanto o Fórum se consolide. Ficou acertado, então, a convocação para a próxima reunião da mudança do RI.

O Sr. André Ferro, do BNDES, sugeriu, para 2012, um convite para as instituições para dar um aval, autorizando o funcionário a comparecer, oficializando a representação daquela pessoa a representar o órgão no FGRS.

A Sra. Ana Borges falou a respeito da Semana de Responsabilidade Social, notificando que o Projeto de Lei nº 7404/2010 foi aprovado na Comissão de Educação, mas que traz um problema de data, pois inicialmente esta foi marcada para abril, sugerindo que a data fique para setembro, por ser mais favorável. Pediu ajuda de quem possa intervir no sentido de alterar a data para 2ª semana de setembro. O Sr. Helvécio se prontificou a acompanhar e ajudar.

Quanto à institucionalização, comunicou a respeito do Acordo e o almoço que acontecerá com o Ministro Gilberto Carvalho no TST, com a intermediação do Ministro Lélvio Bentes Corrêa, inclusive no âmbito do Poder Judiciário e no Legislativo.

O Sr. Luís Fernando Lara Rezende se dispôs a fazer contato com o Senador Rodrigo Rollemberg para a institucionalização do Fórum, agendando um horário para consultá-lo sobre essa disponibilidade, marcando uma reunião com um grupo do Fórum para tratar do tema.

A respeito do Catir, Andréa verificou com o Sr. Dilson, do Serpro, sobre a possibilidade Serpro desenvolver, hospedar e manter uma página para o Fórum. Ele solicitou que fosse formalizada a demanda ao Serpro.

A Prof. Patrícia informou que a sua bolsa para acompanhamento *in loco* das atividades do FGRS está findando, o que todos lamentaram.

Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada, ficando a próxima marcada para o dia 07 de março de 2012.